

ASSEMBLEIA DE DELEGADOS

Travessa do Carvalho, 23
1249-003 Lisboa, Portugal
T: +351 213 241 110

delegados@ordemdosarquitectos.pt
www.arquitectos.pt



ATA

1.ª Reunião da Assembleia de Delegados da Ordem dos Arquitectos (2023-2026)

25.novembro.2023
10h00 – Sede da OA/Lisboa

No dia 25 de novembro de 2023, reuniu a Assembleia de Delegados da Ordem dos Arquitectos (AdD), para a sua 1.ª reunião, do mandato 2023-2026, reunião de caráter ordinário, na Sede nacional da OA, em Lisboa.

- **Participaram na reunião os seguintes Delegados:** Ana Bastos, Ana Nascimento, António Maria Costa, Bernardo Amaral, Carla Vieira, Alexandre Ferreira, Carlos Antunes, Daniel Carrapa Dias, Décio Ferreira (zoom), Duarte Caldeira e Silva, Francisco Freitas, Igor Espínola França (zoom), João Cravo, João Paulo Bessa, Jorge Teixeira, Jorge Toscano, Mário Martins, Marta Falcão, Nuno Freitas, Patrícia d'Andrade, Paulo Pardelha, Paulo Pisco, Pedro Crisóstomo, Renato Costa, Sérgio Antunes e Susana Rato.
- **Não participaram,** Teresa Novais e José Luís Fernandes – que justificaram a ausência.
- **Foram convidados** e estiveram presentes o Presidente do Conselho Diretivo Nacional (CDN), Avelino Oliveira e o Tesoureiro do CDN, António Laúndes.
- **Participaram ainda,** o assessor jurídico da AdD, Dr. Bernardo Pinheiro e a responsável pelo secretariado administrativo, Fátima Marques.

Ordem de Trabalhos :

1. Apresentação dos delegados;
2. Intervenção do Presidente do Conselho Diretivo Nacional;
3. Designação do Presidente da Assembleia de Delegados, no mandato 2023-2026;
4. Revisão e votação do Regulamento interno da Assembleia de Delegados;
5. Eleição da Mesa (Vice-Presidente, 2 Secretários e 2 Secretários suplentes);
6. Revisão do Estatuto da Ordem dos Arquitectos (EOA);
7. Revisão do Regulamento de Organização e Funcionamento das Estruturas Regionais e Locais da Ordem dos Arquitectos (ROFERLOA);
8. Discussão, apreciação e votação da Proposta de Regulamento da Cédula Profissional;
9. Discussão, apreciação e votação da Proposta de Protocolo de repartição da quotização para 2024;
10. Informação sobre temas de alteração legislativa relevantes ao trabalho institucional do CDN;
11. Programação das próximas reuniões e ações a desenvolver pela assembleia.

A reunião teve início às 10:30

A primeira parte da reunião foi conduzida por Mário Martins, o delegado mais velho presente, em substituição de Teresa Novais e também de José Luís Fernandes que, por motivos imprevistos e pessoais, não puderam estar presentes na reunião, facto que justificaram atempadamente, e secretariada por João Cravo, membro eleito mais novo, conforme a EOA.

Mário Martins saudou os presentes e o Presidente do CDN e deu as boas-vindas a todos.

Foi solicitada a possibilidade de gravar a reunião para o uso exclusivo de elaboração da Ata, sendo que a mesma será destruída assim que não seja necessária. Todos concordaram com este procedimento.

Ponto 1. Apresentação dos delegados

Foi solicitado aos Delegados que fizessem uma breve apresentação, referindo algum aspeto importante que considerassem pertinente para melhor se identificarem.

ASSEMBLEIA DE DELEGADOS

Travessa do Carvalho, 23
1249-003 Lisboa, Portugal
T: +351 213 241 110

delegados@ordemdosarquitectos.pt
www.arquitectos.pt



Cumpridas as apresentações e verificado o quórum, com a presença de 26 Delegados, faltando apenas 2 Delegados, que tinham atempadamente justificado a sua ausência, passou-se ao ponto seguinte.

Ponto 2. Intervenção do Presidente do Conselho Diretivo Nacional

O Presidente do Conselho Diretivo Nacional, **Avelino Oliveira**, deu as boas-vindas a todos, fez uma breve apresentação da sua pessoa, mencionando que já foi Presidente deste órgão, no mandato 2017/2019 e que anteriormente já tinha feito parte da Assembleia de Delegados. Salientou as suas expectativas para este Mandato e afirmou que existem grandes desafios pela frente. Pretende que o CDN tenha com a AdDel uma boa relação, uma relação de proximidade e de grande confiança e transparência. Referiu que este mandato se encontra comprometido, devido à revisão do Estatuto, e à posterior necessidade da AdDel aprovar inúmeros regulamentos, que o CDN terá de elaborar e rever, mas que tal só será possível fazer após a aprovação do novo Estatuto.

Informou, igualmente, da necessidade de durante o mês de Dezembro ser levada a efeito uma reunião da AdDel para aprovação dos instrumentos financeiros e de planeamento e gestão do próximo ano.

Mencionou que a transição de mandato correu muito bem e informou que a Arq^a. Carla Lima Vieira, (que era Secretária do CDN no anterior mandato) foi eleita para membro do Conselho Executivo do CAE, salientando que foi a mais votada de entre todos os candidatos, congratulando este facto e referindo que é muito importante ter um representante nosso na Europa, pois existem inúmeros assuntos, como por exemplo a nível dos honorários, questões regulatórias, de autoria, entre outros a serem discutidos e de grande importância para a classe.

Mário Martins agradeceu a intervenção do Presidente do CDN e aproveitou a ocasião para desejar a todos as maiores felicidades e expressou que, do seu ponto de vista pessoal, gostaria de sublinhar que estamos todos a trabalhar para Ordem, para os arquitetos e para o bem comum, independentemente das listas que cada um integrou, pelo que gostaria que todas as discussões e tomadas de posição fossem tomadas com civismo e elegância.

Ponto 3. Designação do Presidente da Assembleia de Delegados, no mandato 2023-2026

O Arq^o. **Mário Martins**, como Delegado mais velho presente, informou que, de acordo com o Estatuto da OA, o Presidente da Assembleia de Delegados é designado pela Lista concorrente às eleições mais votada, e neste sentido leu um documento, que se anexa a esta ata (doc.1), em que os delegados da Lista A, designaram para o **cargo de Presidente da Assembleia de Delegados**, para o mandato 2023/2026, o **Arq^o. Jorge Manuel Gomes Teixeira**.

Nesta sequência, estando designado o Presidente, Mário Martins retirou-se e o Presidente, Jorge Teixeira, tomou o seu lugar na Mesa e passou a dirigir a reunião.

O Presidente da AdDel, Jorge Teixeira, tomou da palavra para agradecer a confiança nele depositada e disse ser com grande orgulho e responsabilidade que assume a presidência desta Assembleia de Delegados, sendo que este é o órgão mais plural dentro da nossa Ordem e com o qual devemos estar comprometidos, e, mesmo que nem sempre estejamos de acordo, devemos fazê-lo com urbanidade, comprometidos com a Ordem e independentes das listas.

Ponto 4. Revisão e votação do Regulamento interno da Assembleia de Delegados

O Presidente, neste ponto, informou, conforme os documentos previamente enviados, sobre a revisão do regulamento interno, e realçou que a qualquer momento é possível que surjam novas revisões que se venham a considerar necessárias. Por agora, foi apresentada uma pequena proposta de alteração relativa à constituição da Mesa. Foi sugerido que a Mesa passasse a ser constituída por mais dois secretários suplentes, para o caso de eventual necessidade de substituição de algum dos secretários efetivos, o que tornará mais

ASSEMBLEIA DE DELEGADOS

Travessa do Carvalho, 23
1249-003 Lisboa, Portugal
T: +351 213 241 110

delegados@ordemdosarquitectos.pt
www.arquitectos.pt



fácil e operacional o funcionamento da Mesa. Ninguém se opôs ou solicitou qualquer esclarecimento relevante, pelo que foi colocada à votação a revisão do Regulamento Interno da AdDelegados – o qual foi **Aprovado por Unanimidade**.

Ponto 5. Eleição da Mesa (Vice-Presidente, 2 Secretários e 2 Secretários suplentes)

Jorge Teixeira comunicou que à Mesa chegou apenas uma Lista (anexo a ata doc.2) da qual também é um dos subscritores, sendo que esta Lista é composta de modo periférico às listas que concorreram às eleições da Ordem e espelhando também as realidades geográficas da OA. Seguidamente, questionou os presentes se pretendiam apresentar mais alguma Lista. Não houve a apresentação de mais nenhuma lista.

Seguiu-se, assim, uma votação por voto e escrutínio secreto, on-line, através de um link, enviado no momento para todos os Delegados presentes, para a única lista apresentada – nomeadamente a “Lista A”, a qual foi **Aprovada por Unanimidade**. (26 delegados presentes)

Ficando a Mesa eleita composta da seguinte forma:

Vice-Presidente – Décio Ferreira

1º secretário – Teresa Novais

2º secretário – Patrícia d’Andrade

1º Secretário suplente – Sérgio Antunes

2º Secretário suplente - Carla Vieira

A partir da sua eleição, a Mesa assumiu a direção dos trabalhos.

Sendo que o Vice-Presidente, Décio Ferreira, se encontrava on-line, e o 1º Secretário eleito, Teresa Novais, não estava presente, devido ao falecimento da sua mãe, facto pelo qual o Presidente apresentou condolências, bem como toda a AdDel, sentaram-se na Mesa o 2.º Secretário e os 2 Secretários Suplentes a apoiar o Presidente na direção dos trabalhos.

Seguidamente, **o Presidente** referiu que a convocatória assinada pela Arqª Teresa Novais, excedia largamente as suas competências, pelo que solicitou que a Assembleia aceitasse esta Ordem de Trabalhos, de modo a dissipar alguma falta de formalidade. Informou, ainda, que houve um lapso na referida OT onde se encontrava referido que seria discutida e votada a proposta de regulamento da Cédula Profissional. Indicou que este ponto não poderia ser votado, por se encontrar em consulta pública, e que só depois disso voltaria à Assembleia para ser votada, mas que iria ser apresentada e discutida na reunião de hoje. Referidos estes aspetos, o Presidente questionou se alguém tinha alguma objeção a esta OT, ao que ninguém se opôs. Depois desta ter sido colocada a votação e aprovada por unanimidade, deu-se continuidade aos trabalhos, conforme a OT previamente enviada.

Seguidamente, informou que foi entregue à Mesa uma nota de condolências pelo recente falecimento de 2 membros da OA que tiveram uma importante obra e com significância nos seus percursos profissionais, referindo-se ao Arqº Alberto Hargreaves da Costa Macedo (1929-2023) e Arqª. Maria da Luz Valente-Pereira (1934-2023), subscrita pelo Presidente da Mesa da Assembleia Regional Norte, Alexandre Ferreira. Este último leu a nota de pesar e convidou a AdDelegados a subscrever estes votos de condolência (doc 3).

O Arqº. **João Paulo Bessa**, solicitou a palavra para tecer algumas palavras de apreço sobre a Arqª. Maria da Luz Valente-Pereira, salientando o seu importante percurso profissional e a partilha dos seus conhecimentos, mencionando que todos têm uma boa memória da Arqª. Maria Luz Valente-Pereira.

De seguida, **o Presidente** questionou se a Assembleia concordava com a proposta dos votos de pesar e que, caso ninguém tivesse nada a opor, seriam colocados à votação. Não havendo objeções e colocados à votação, foram os votos de condolências aprovados por unanimidade, os quais serão endereçados às

respetivas famílias e publicados no site, no sítio da AdDelegados.

Ponto 6. Revisão do Estatuto da Ordem dos Arquitectos

Neste ponto, **Jorge Teixeira**, informou que se pretende que a AdDel participe ativamente na revisão dos Estatutos pelo que se irá criar um Grupo de Trabalho para abordar este tema de forma abrangente, tendo como principal foco a criação de uma metodologia e de organização da discussão em torno dos Estatutos de modo que este debate seja o mais alargado possível. O GT não irá rever os Estatutos propriamente ditos, mas encontrar um processo e metodologia para essa revisão. Assim, pretende-se que 3 ou 4 Delegados integrem este GT para além de que serão, ainda, convidados: um membro do CDN, um membro do Conselho de Disciplina Nacional e um membro da Mesa da Assembleia Geral. Referiu que o GT poderá ser maleável e alargado, no sentido em que a qualquer momento possa integrar novas pessoas, e que é de todo o interesse que este GT comece a trabalhar com a maior brevidade possível.

Depois disso, deu a palavra ao Presidente do CDN para prestar mais informações e esclarecimentos sobre este ponto.

Avelino Oliveira, começou por dar os parabéns à Mesa recém-eleita e depois fez um enquadramento da Revisão do EOA, (conforme anexo, doc. 4) referindo que o novo Estatuto já foi aprovado na Assembleia da República e que se encontra agora na Presidência da República. Informou que assim que tomou posse, solicitou uma audiência para apresentar cumprimentos e discutir este assunto junto do Presidente da República, e que soube, muito recentemente, que este aceitou receber todas as Ordens Profissionais, visto que todas elas também solicitaram audiências. Sobre o próprio estatuto salientou que não foi possível dar ou incorporar qualquer tipo de contributo, designadamente sobre os aspetos do funcionamento da Ordem e que em nada interferem com o teor do estatuto. Apontou os pontos menos favoráveis e problemáticos e as diversas alterações ao nível dos órgãos, tais como nos Conselhos de Disciplina, o novo órgão de supervisão, também sobre os atos próprios - Artº 44 dos Estatutos sendo um dos mais discutidos por falta de clareza e com uma redação ambígua, no que se refere aos atos exclusivos e atos partilhados, etc.; e ainda a necessidade de elaborar e rever os diversos regulamentos à luz destes novos Estatutos, num prazo bastante curto, entre outros aspetos.

Disse, ainda, que gostaria, caso venha a ser possível, de discutir e introduzir algumas alterações neste novo Estatuto, pelo que pretende ter um documento preparado para apresentar ao Governo, o qual será previamente apresentado e aprovado nesta Assembleia. Explicou os diversos cenários possíveis que se for já aprovado pelo Presidente da República, a Ordem tem 120 dias para eleger os novos órgãos e elaborar e adaptar os regulamentos; se o Presidente vetar o documento, e devido à queda do Governo, ficar no limbo, devemos aproveitar este período pré-eleitoral para fazer este trabalho de revisão, para poder apresentar o que pretendemos que venha a ser incluído ou alterado.

Após esta introdução, o **Presidente da AdDel** fez uma síntese da situação, salientando que se deverá constituir o GT, para rapidamente começarem a trabalhar, e abriu a discussão à Assembleia.

Houve diversas intervenções, nomeadamente de **Alexandre Ferreira** e **Jorge Toscano**, que para além de referirem as suas experiências na anterior revisão do Estatuto e de toda a entropia que tem tendência a gerar-se neste tipo de discussões, sugeriram que se agendassem com a máxima brevidades estas reuniões do GT e prestaram-se disponíveis para darem o seu contributo e fazerem parte deste GT. Também interveio **João Paulo Bessa** chamando a atenção para alguns aspetos que considera serem "totais disparates" que se encontram neste novo estatuto elaborado, porque não faz ideia do que se passa em cada Ordem, citando que "a secretária é um lugar muito perigoso para analisar o mundo".

Assim, o **Grupo de Trabalho Estatutos** - foi aprovado e ficou composto por: Jorge Teixeira, que presidirá o GT, Alexandre Ferreira, Paulo Pardelha e Daniel Carrapa Dias, dos Delegados; e mais 3 membros a convidar dos órgãos nacionais: Mesa da Assembleia Geral, Conselho Diretivo Nacional e Conselho Disciplina Nacional. Serão endereçados os convites aos órgãos indicados.

Ponto 7. Revisão do Regulamento de Organização e Funcionamento das Estruturas Regionais e Locais da Ordem dos Arquitectos (ROFERLOA)

Igualmente neste ponto, foi dada a palavra ao **Presidente do CDN** que deu uma breve explicação e teceu algumas considerações e apontamentos. Referiu que este documento deveria ser revisto de modo a incorporar as experiências, entretanto, obtidas pelas Secções. Referiu que, como é sabido, existe um grande défice de participação ativa por parte dos Arquitectos e considerou que em algumas cidades seria crucial uma consolidação dos Arquitectos, sendo útil, e até necessário, que tal se viesse a concretizar através da criação de estruturas/núcleos, ou outro nome qualquer, de modo a haver mais dinâmica. Estas estruturas locais poderiam ser criadas e postas a funcionar através da receita extraordinária, sublinhou que tal não poderá ser uma coisa disruptiva, mas sim para aglutinar e juntar todos, caso se venha a considerar inútil ou impossível não se avançará, mas será importante fazer-se uma revisão do documento e incluir um estudo económico, por isso, nesse sentido já foi criada pelo CDN uma Comissão de Acompanhamento do ROFERLOA, e que se pretende que a AdDel seja incluída e faça parte desta CA. Convidou a que, de entre os membros da AdDel, fossem indicados 3 ou 4 Delegados que estivessem interessados no tema e quisessem integrar esta comissão para, em conjunto com o CDN, fazerem este trabalho de revisão ao ROFERLOA.

Foi aberta a discussão à Assembleia.

Paulo Pardelha questionou se foram as Secções que fizeram questão que este assunto fosse discutido e se o mesmo foi discutido em CDN.

Avelino Oliveira esclareceu que sim, e que tudo o que foi ou será apresentado nesta reunião da AdDel foi discutido e aprovado em CDN. Aproveitando o momento, descreveu alguns aspetos sobre os serviços partilhados e por que esta reflexão deverá ser feita.

Sérgio Antunes, que foi vice-presidente da LVT no mandato anterior, confirmou esta necessidade de revisão do ROFERLOA, explicando que houve uma certa solidariedade e apoio entre Secções, mas havia algum desconforto sobre os *tais* serviços partilhados, pelo que considera que o ROFERLOA deverá ser revisto de modo que fique mais claro, até para os próprios funcionários saberem quais as suas próprias funções e a quem reportam.

No final do debate, mostraram interesse e vão **integrar a Comissão de Acompanhamento** os seguintes delegados: António Maria Costa, Paulo Pisco e Sérgio Antunes.

Às 13:00 horas foi feita uma pausa para almoço.

Reiniciaram-se os trabalhos pelas 14h55, com a ausência dos delegados Igor França, João Paulo Bessa e João Crisóstomo.

O presidente, **Jorge Teixeira**, solicitou que se alterasse a ordem de trabalhos, antecipando-se o ponto 9. sobre a Quotização e Orçamento, visto que iria ser apresentado pelo Tesoureiro do CDN, António Laundes, por videoconferência, ao que ninguém se opôs e assim se passou diretamente à apresentação e discussão deste ponto.

Ponto 9. Discussão, apreciação e votação da Proposta de Protocolo de repartição da quotização para 2024

Foi dada a palavra ao **Tesoureiro do CDN, António Laúndes**, que se encontrava on-line, o qual cumprimentou todos, deu os parabéns à Mesa recém-eleita e ofereceu a sua colaboração à AdDel para o

ASSEMBLEIA DE DELEGADOS

Travessa do Carvalho, 23
1249-003 Lisboa, Portugal
T: +351 213 241 110

delegados@ordemdosarquitectos.pt
www.arquitectos.pt



que considerassem necessário da sua parte. De seguida, fez um pequeno enquadramento deste assunto, referindo que é da responsabilidade da AdDel deliberar sobre o mesmo. Informou que reuniu com todos os Tesoureiros das Secções e foi discutida a repartição de quotização, sendo que foi unanime a vontade de manter em 2024 o mesmo padrão que tinha sido usado em 2023. Posteriormente, esta proposta foi apresentada em CDN e igualmente aprovada por unanimidade, e assim surgiu a proposta de Protocolo de Repartição da Quotização e Princípios de Orçamento, conforme documento previamente enviado a todos; encontra-se em condições de ser apresentada e discutida nesta Assembleia de modo a que se possa avançar para a elaboração do Orçamento para 2024. Sublinhou, ainda, que é de toda a conveniência esta aprovação para não haver a necessidade de se vir a trabalhar em duodécimos; salientou, ainda, em linhas gerais, alguns dos pontos mais relevantes do documento, apresentados em *powerpoint*, e terminou disponibilizando-se para os esclarecimentos que pretendessem.

Foi aberta a discussão aos Delegados, que colocaram diversas questões, nomeadamente:

Marta Falcão - questionou se esta proposta foi discutida com as Secções e se a mesma difere muito da anterior.

António Laúndes – respondeu, conforme já havia referido, que reuniu com os 7 Tesoureiros das SR's e que juntos elaboraram o documento que foi posteriormente apresentado e aprovado em CDN, onde têm assento todos os Presidentes das SR's. Mencionou que não houve alterações relevantes visto terem decidido que deveriam continuar a trabalhar com o orçamento do mandato anterior e concentrarem-se em elaborar o Orçamento para 2024.

Paulo Pardelha – na sequência da questão de Marta Falcão, manifestou alguma dúvida quanto ao facto das Secções terem aceite bem e de não tentarem mudar, de algum modo, as percentagens da repartição da quotização, visto que no mandato anterior estas eram sempre motivo de discórdia, e que agora, aparentemente, pareceu-lhe que não terá havido grande discussão.

Avelino Oliveira – solicitou a palavra para esclarecer o porquê de não ter havido tanta discussão. Explicou que continuam essencialmente concentrados na distribuição da receita estrutural, ou seja, só na receita que provém das quotas, apesar de algumas SR manifestarem a necessidade de mais receita de modo a poderem ter mais manobra de ação e poderem realizar melhor o seu trabalho. Esclareceu que só se pode incorporar o dinheiro da receita estrutural no orçamento depois deste ser aprovado e que o mesmo tem vindo sempre a ser apresentado totalmente fora de prazo, e que só após o relatório e contas de 2023 se encontrar igualmente aprovado, pelo que optaram, assim, por manter a mesma percentagem de repartição. Chamou, ainda, a atenção para outro problema: a possibilidade de algumas SR's poderem vir a apresentar no relatório de execução do presente ano um saldo negativo, pelo que seria um pouco arriscado, ao fim de um mês de terem tomado posse, estarem a fazer alterações profundas na repartição da receita. Assim, o objetivo é trabalhar muito bem com a receita que temos, (cerca de 120 mil euros de receita extraordinária, sublinhado que se encontra muito preocupado com a esta baixa receita estrutural) e ir pensando bem nas iniciativas da Ordem, e tentar obter outras fontes de receita que possam potenciar o trabalho que se pretende fazer, mas com a promessa de uma reavaliação futura desta matéria, mesmo que seja necessário um orçamento retificativo, acompanhado por um relatório de contas.

António Laundes - mostrou alguns números, salientando que o Congresso foi pesado, mas que nem só as despesas do Congresso explicam o saldo negativo, pois o CDN e SR Centro também apresentam um saldo negativo, pelo que existe algum receio e dificuldade de olhar para o futuro e fazer já grandes alterações nas repartições sem alguma estratégia bem pensada.

Respondendo ao Paulo Pardelha, referiu que o mapa de repartição é igual ao dos anos anteriores e que sim, efetivamente algumas SR' tiveram algum receio de sustentar e aprovar este documento, mas que não havia uma clara noção de onde e como alterar. Esclareceu que se encontram agora a chegar a algumas intenções, mas confirmou que, garantidamente, será para mudar esta metodologia, visto que a mesma não valoriza a autonomia das SR's, sendo esse o grande desafio do CDN de poder passar autonomia para as Secções, pois existe uma excessiva dependência, a qual não se entende bem se é da Ordem num todo ou se uma dependência estrutural acentuada sem ideia ou visões de futuro, mas sublinhou que as SR's têm de ser potenciadas neste mandato.

ASSEMBLEIA DE DELEGADOS

Travessa do Carvalho, 23
1249-003 Lisboa, Portugal
T: +351 213 241 110

delegados@ordemdosarquitectos.pt
www.arquitectos.pt



Alexandre Ferreira – referiu que se deve ter em consideração que estamos no início do mandato e, por isso, parece-lhe prudente manter os mesmos valores e metodologia, sendo até prudente que as SR's tenham uma transição calma. É aconselhável ser desta forma, com esta estrutura e metodologia baseada no ROFERLOA e assim a Comissão de Acompanhamento deverá debruçar-se a compreender as necessidades das SR's de modo a conseguir obter um equilíbrio entre autonomia e equidade, e também garantir que o CDN tenha autonomia e capacidade financeira para que possam atuar nas políticas de âmbito nacional.

Renato Costa – considerou que a autonomia é muito importante e deve ser garantida, e questionou se, entretanto, visto que acabaram de tomar posse e as Secções ainda se encontram a inteirar de todos os problemas e reais situações de cada uma, se já existe algum prazo ou previsão para essas reuniões sobre o orçamento rectificativo.

António Laúndes - esclareceu que se encontram a fazer todos os esforços para cumprir um calendário, de forma a que em janeiro tenham um orçamento aprovado. A questão abordada a propósito de um eventual orçamento rectificativo, é para colmatar e dar tempo para tomar conhecimento das matérias, mas também será necessário conhecer a real situação da Ordem, não esquecendo que o mandato são 3 anos, e aqui já se apresentam os princípios orientadores, visto que existem questões que são de cumprimento obrigatório, questões orgânicas que não se podem descurar. Sobre o orçamento rectificativo, é possível fazê-lo, caso seja necessário, se se perceber que podemos agilizar e colaborar entre todos, salientou que um orçamento rectificativo é uma possibilidade e não é uma coisa negativa, pelo contrário.

João Cravo – questionou como se encontra a situação financeira. Gostaria de saber quais as SR's são autossuficientes e as que não o são, ou seja, ter um conhecimento do panorama geral.

Paulo Pardelha – mencionou que, para a boa execução da receita e despesa do orçamento, no mandato anterior solicitou que as contas fossem apresentadas em tempo certo, referindo que na altura o orçamento também foi reprovado em AdDel, pois pretendia-se que fosse mais debatido e discutido. Sendo que está de acordo com os princípios referidos no documento, de modo a apresentarem um orçamento adequado.

Jorge Teixeira – referiu que tentariam fazer as 4 reuniões ordinárias estabelecidas, ou seja, uma por trimestre, pelo que questionou se seria possível apresentar, em cada uma delas, o relatório de execução orçamental do trimestre passado, para assim poderem acompanhar as contas.

Jorge Toscano – chamou a atenção para algumas das receitas e de alguns dos valores negativos, referindo que estes valores foram construídos sobre um orçamento rectificativo já feito neste ano, assim supõe que, não sendo perfeito, se encontram no bom caminho e não vê nenhum problema em aceitar esta proposta, pois deve evitar-se trabalhar com duodécimos, visto ser muito complicado.

António Laúndes – respondeu à questão colocada por Jorge Teixeira informando que os relatórios são feitos trimestralmente, sendo que no dia 15 do mês seguinte, em princípio, será possível apresentar cada relatório e assim será possível coordenar as reuniões da AdDel de acordo com os relatórios que tivermos para apresentar em cada trimestre, e confirmando que é importante o acompanhamento da AdDel nesta matéria da execução orçamental.

Avelino Oliveira - respondeu a João Cravo, referindo que algumas Secções têm mais dificuldades que outras devido a diferentes fatores, como por exemplo os custos de insularidade, entre outros. Sobre o orçamento rectificativo referiu que este poderá acontecer, em caso de matérias importantes, tais como no caso das obras das instalações da sede etc., mas salientou que devemos começar já a trabalhar de modo que a diferença de receita estrutural e de receita extraordinária seja feita muito cuidadosamente e de modo equilibrado, com uma grande gestão orçamental.

Sérgio Antunes - saudou a necessidade de revisão do ROFERLOA, supõe que existe um desejo de presença da Ordem no território, mas considera igualmente que existe uma falta de massa crítica e que deverá ponderar-se as SR enquanto *frontline* da Ordem para o exterior nas regiões e se as valências interiores

ASSEMBLEIA DE DELEGADOS

Travessa do Carvalho, 23
1249-003 Lisboa, Portugal
T: +351 213 241 110

delegados@ordemdosarquitectos.pt
www.arquitectos.pt



organizadas de outra forma, para serem melhores, mas tem dúvidas se devem ser autónomas, pois existe uma grande desproporcionalidade entre algumas Secções, por exemplo nos concursos, entre outros.

Décio Ferreira – disse que a aprovação deste orçamento permitirá não se ter de começar o ano a trabalhar em duodécimos; a questão da sobrevivência de algumas das secções também o preocupa bastante, bem como a questão da receita extraordinária, receita que não controlamos. Questionou se existe algum plano conducente à aquisição de mais receita extraordinária que ajude a ultrapassar este problema. Não havendo modo de aumentar a receita estrutural, em princípio, estamos numa situação crítica, pese embora não tenha conhecimento real dos problemas. Questionou, no caso de não haver receita estrutural, se as secções têm planos para aumentar a receita extraordinária.

Avelino Oliveira - em resposta a Décio Ferreira, informou que o aumento da receita estrutural não depende apenas do aumento das quotas, passa, também, por tentar recuperar os colegas que solicitaram a suspensão ou que não se encontram inscritos. Sobre o plano para aumentar a receita extraordinária, confirmou que existem planos bem encaminhados, contudo seria primeiro necessário aprovar o orçamento.

António Maria Costa - em relação ao Centro, sublinhou que o mesmo se encontra totalmente alinhado com as outras secções. Dois dias após a tomada de posse, reuniram-se logo com os assessores, para tentarem perceber o que se passava e terem conhecimento dos problemas, transmitindo que o cenário, não sendo famoso, também não era dramático. Ainda não fecharam todas as avaliações e continuam a trabalhar, pese embora o panorama inicial não fosse muito agradável.

Paulo Pisco – falou da sua experiência no passado sobre a organização de um evento onde trabalhou e fez a ligação entre a Ordem - SRS e a Santa Casa da Misericórdia de Setúbal. Tratou-se de um debate e discussão pública sobre a sociedade e a reabilitação urbana, onde assistiram mais de uma centena de pessoas, sendo que foi um evento que se pagou a si próprio e ainda gerou receita. Referiu que chamou a atenção sobre este assunto no sentido de exemplificar que existem muitas formas de tornar a Ordem sustentável, sem ser só através das quotas. Revelou que tem conhecimento que existem muito arquitetos que não se encontram inscritos, e considerou que é um caminho a seguir o de atrair os arquitetos e a penetração no tecido social.

António Laúndes – informou que, no seguimento do que foi mencionado por Avelino Oliveira, se conseguirem reverter a questão das suspensões, visto que anualmente suspendem a inscrição cerca de 600 membros, conseguir-se-á ter uma receita estrutural muito maior, pois seria mais um milhão e meio de euros por ano.

Disse ainda que as Secções devem procurar a autonomia e não descurar o seu trabalho, mas que se devem preocupar com o que é realmente importante e essencial para os arquitetos e menos com as questões internas da sua secção; pois esta orgânica pode ser feita e resolvida por todos, em conjunto, devendo cada uma estar mais virada para o seu território e respetivos Arquitectos.

Não havendo mais inscrições para intervir e encontrando-se todos esclarecidos, o Presidente colocou à votação o **Protocolo de Repartição da Quotização para 2024**, o qual foi **Aprovado por Unanimidade**.

António Laúndes, agradeceu a atenção, despediu-se e saiu da reunião.

Ponto 8. Discussão, apreciação e votação da Proposta de Regulamento da Cédula Profissional

Jorge Teixeira, voltou a frisar que existiu um pequeno lapso e que este assunto não seria votado na reunião, visto ainda se encontrar em discussão pública, mas que seria apresentado e discutido. Informou, também, que foi recebido no endereço da Assembleia de Delegados um e-mail do Arq^o. Miguel Judas, sobre este assunto e que o mesmo será enviado a todos para conhecimento.

Prestadas estas informações, deu a palavra ao **Presidente do CDN**, o qual fez um rápido enquadramento do assunto e prestou diversas informações e dados sobre a Cédula Profissional. Este considera que é da competência da Ordem atribuir esta Cédula, sendo que é uma necessidade e um direito dos arquitetos, pelo que, como o custo de produção da mesma é mínimo, será gratuita e entregue o mais breve possível, após a aprovação do regulamento que se encontra agora em discussão pública. Para tal, será necessário que os arquitetos façam o registo e o pedido da mesma no Portal. Referiu ainda algumas vantagens da cédula, como por exemplo a assinatura qualificada, aparecendo logo como Arquitecto, a digitalização e o "SCARF?", tal como acontece com as cédulas das outras Ordens, e interligada com a AMA. Portanto, considerou que é importante ter esta Cédula, que as vantagens na sua aquisição podem funcionar como um veículo importante para levar os arquitetos para a Ordem, no sentido em que irão reconhecer a importância deste documento como algo útil e funcional.

Jorge Teixeira - após esta introdução, colocou à discussão este assunto, voltando a referir que não haveria lugar a qualquer votação.

Sérgio Antunes - questionou quando e em que medida iria necessitar desta cédula, se se tratava de uma questão simbólica ou se tinha um lado mais prático, e em que situações.

Avelino Oliveira - informou que o objetivo da Cédula é o de substituir a Declaração. É mais prática, porque quando se assinar um documento, aparecerá logo a identificação como arquiteto e deixará de ser necessário qualquer comprovativo adicional de que se é Arquitecto inscrito na OA, sendo algo automático quando interligado com a plataforma da AMA. Considera que irá também diminuir as suspensões, pois a partir do momento em que os membros necessitam desta ferramenta acabam de ser dependentes da Ordem. No futuro poderá ter ainda mais funções, como a possibilidade de assinar os projetos, havendo diversas possibilidades e diversos caminhos que terão de se ser feitos de modo a ser uma ferramenta útil e prática.

Patrícia d'Andrade - questionou sobre o facto de o prazo da cédula ser de 5 anos, se não invalidava a suspensão do serviço no caso do membro não possuir as quotas em dia.

Avelino Oliveira - esclareceu que a cédula tem um chip incorporado e que faz essa verificação de forma automática.

Mário Martins - falou no sentido de se pensar já no futuro, de se pensar igualmente na hipótese de não ser necessária a cédula física e no caso da necessidade de mais do que uma assinatura, sendo que aí a Ordem poderia facultar, além da cédula normal e gratuita, cédulas complementares, com possibilidade de serem usadas e providenciarem diversas assinaturas, que poderia vender etc..

Avelino Oliveira - esclareceu que certas empresas, tipo a Multicert, poderão fazer isso, sendo esse um dos possíveis serviços que a cédula poderá providenciar.

Finalizou-se a discussão e os delegados foram convidados a participar na discussão pública do regulamento, a decorrer.

Ponto 10. Informação sobre temas de alteração legislativa relevantes ao trabalho institucional do CDN

Neste ponto, novamente tomou da palavra **Avelino Oliveira** que, apoiado num *powerpoint*, fez a apresentação dos documentos "Simplex Urbanístico" e "Código da Construção", (anexo a ata doc. 5), o qual fez um enquadramento cronológico, deu diversas informações, sublinhou os pontos mais relevantes e teceu ainda diversos comentários sobre estes 2 assuntos, em conformidade com os documentos.

Ponto 11. Programação das próximas reuniões e ações a desenvolver pela assembleia.

ASSEMBLEIA DE DELEGADOS

Travessa do Carvalho, 23
1249-003 Lisboa, Portugal
T: +351 213 241 110

delegados@ordemdosarquitectos.pt
www.arquitectos.pt



Neste ponto, **Jorge Teixeira** referiu que durante o próximo ano prevê a realização das 4 reuniões anuais ordinárias, sendo 2 delas descentralizadas, e que irá reunir-se com a Mesa e coordenar-se com o CDN, para elaborar um calendário, com as datas definidas para agendamento das futuras reuniões ordinárias, e que serão realizadas as reuniões extraordinárias sempre que forem necessárias.

Informou que ao longo dos 3 anos de mandato prevê-se a realização de 6 reuniões descentralizadas, nas diversas Secções, terminando a 7.ª reunião descentralizada no local/Secção onde se vier a realizar o Congresso. Não querendo que estas reuniões descentralizadas sejam meras reuniões de Delegados, mas sim um espaço de visibilidade pública da ordem em cada uma das regiões, prologando-se por um fim de semana com conferências, exposições e/ou outros eventos organizados por cada Secção e convidar, para além dos CDN ou outros órgãos da Ordem, também as entidades locais e aproveitar, eventualmente para estabelecer protocolos.

Mais informou que, em articulação como os serviços financeiros, será definido com transparência e rigor, os pagamentos relativos a deslocações e despesas dos Delegados e que em breve seria enviado um documento sobre este assunto.

Terminado, o Presidente mencionou que, eventualmente, até ao final do ano seria necessário realizar uma reunião da AdDelegados, mas que seria totalmente on-line, pelo que ficavam todos de sobreaviso; solicitou aos delegados que tivessem contributos a dar para o Orçamento, deveriam enviá-los oportunamente.

O Presidente do CDN, Avelino Oliveira, propôs um voto de saudação e felicitação pela eleição da Arq^a. Carla Lima Vieira na Direção Conselho Executivo do CAE, voto que foi aprovado por unanimidade.

Terminada a ordem de trabalhos e não havendo mais assuntos a debater, a Ata sintética foi lida e colocada a votação, tendo sido aprovada, por unanimidade, pelos delegados presentes e subscrita pelo Presidente da Mesa.

O Presidente da Mesa da AdD finalizou agradecendo a presença de todos e deu a sessão por encerrada às 17 horas e 25 minutos.

Dela foi lavrada a presente ata, que depois de aprovada em próxima Assembleia, será assinada pelos Presidente e Vice-Presidente da Mesa da Assembleia de Delegados

Jorge Teixeira
Presidente

Décio Ferreira
Vice-Presidente

Anexos:

- Doc 1 - Designação do Presidente
- Doc 2 - Lista – composição Mesa da AdDel
- Doc 3 - Votos de Pesar
- Doc 4 - Enquadramento Revisão Estatuto da AO
- Doc 5 - Powerpoint - Simplex e código da construção